

O impacto da cultura política da elite econômica brasileira na sociedade e suas raízes

Guilherme Zanusso de Barros¹

Resumo

O presente artigo busca discutir o efetivo impacto da cultura política das elites econômicas brasileiras no estrato social e analisar se estas fomentam ativamente os grandes níveis de desigualdade social presente no Brasil. Notando que uma vez que os poderes de influência das elites econômicas nas ações do Estado são de fato moldadoras do tecido social, a cultura política destas não pode ser considerada levemente ao tentarmos promover alguma mudança no atual panorama, e as raízes desta elite, vindas da colonização e escravatura, são fundamentais na compreensão das bases de seu pensamento. A dinâmica entre periferia e centro que se estende desde o nível macro (cenário internacional) ao nível micro (municipal) é relacionada na cultura política da elite econômica brasileira desde seu surgimento e mostra hoje seu legado, onde há na população uma baixa auto-estima e hábito de comparação em posição de inferioridade a países desenvolvidos. As engrenagens do capitalismo com a ferramenta do neoliberalismo perpetuam a dinâmica desejada de subserviência e o ideal da meritocracia faz com que a passividade e aceitação sejam praticadas pelos desfavorecidos socialmente, sob uma percepção de que basta o seu esforço e trabalho árduo para que sua realidade se altere, mesmo que os casos onde há efetiva mudança sejam proporcionalmente raros. Baseando-se numa bibliografia de autores e sociólogos brasileiros e partindo da compreensão histórica da formação dessas elites econômicas, será analisada a forma como as elites econômicas enxergam a desigualdade social e como esta visão pode ser moldada de forma a incentivar um real combate desta situação.

Palavras-chave: Desigualdade social; Cultura; Política pública.

Abstract

This article aims to discuss the true impact of the political culture of the Brazilian economic elites in the social stratum and analyze if they actively work in favor of the great levels of social

¹ Universidade Federal do ABC - guilherme.z@aluno.ufabc.edu.br

ZANUSSO DE BARROS, Guilherme. O Impacto da cultura política da elite econômica brasileira na sociedade e suas raízes. *ÎANDÉ : Ciências e Humanidades*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 103–112, 2023. DOI: 10.36942/iande.v7i1.667

disparity present in Brazil. Taking note that once the powers of influence of the economic elites in the actions of the State are in fact shapers of the social fabric, their political culture cannot be taken lightly when trying to promote some sort of change in the current situation, and the roots of this elite, which come from colonization and slavery, are fundamental in the comprehension of the basis of their rationale. The dynamics between "outskirts" and "center" which extend from the macro (global political landscape) to the micro level (municipal) is related in the political culture of the Brazilian economic elite since its birth and shows its legacy today, where the population has a low self-esteem and comparison habit in an inferiority position relating to developed countries. The works of capitalism alongside the tool of neoliberalism maintain the desired dynamic of servility and the idea of meritocracy makes passivity and acceptance to be practiced by the socially less favored, under the perception that it only takes their efforts and hard work for their realities to shift, even though the cases where an effective change happens are proportionally rare. Based on a bibliography of Brazilian authors and sociologists starting from the historic comprehension of the formation of these economic elites, the way in which these elites see social disparity will be analyzed and how this view can be changed discussed, in order to incentivize a real combat to this situation.

Keywords: Elite; Inequality; Culture; Political.

Histórico da colonização e força da escravatura

A história da formação da sociedade contemporânea brasileira se inicia no período da colonização portuguesa, fato determinante para as atuais estruturas políticas e culturais hoje sustentadas e o berço da cultura política hoje praticada pela elite econômica, além de provável motivo central pelo qual hoje não conseguimos empregar efetivas ações contra a grande desigualdade social existente no Brasil.

A colonização portuguesa do Brasil foi exclusivamente exploratória, motivada no contexto europeu pelas aventuras ao “novo mundo” e a possibilidade de expansão territorial, prática que se espalhou pelo oeste Europeu porém cuja Portugal obteve grande sucesso e destaque em relação a seus pares. Ao contrário de ex-colônias britânicas por exemplo, onde a elite que se assentou eventualmente promoveu o desenvolvimento de uma sociedade própria e próspera, a elite econômica que aqui foi criada estava (e aparentemente ainda está) completamente desinteressada no desenvolvimento coletivo da sociedade e no progresso econômico-social, o que nos mostra que a cultura política originária da elite econômica já estava propensa ao individualismo, uma vez que o extrativismo e subserviência à metrópole eram os fatores centrais na dinâmica colonial.

Nesta formação da sociedade brasileira, a escravatura de indígenas foi o passo inicial para o extrativismo, porém em pouco tempo, com a expansão da colonização europeia na África, o mercado de escravos começou a tomar corpo e viria a se tornar ponto fundamental para a rentabilidade do Império Português. Milhões de escravos seriam então trazidos às Américas e principalmente ao Brasil, para alimentar a máquina colonial estabelecida (PORFÍRIO; SILVA; BLUM, 2021). Este seria o fato fundamental para compreensão dos reflexos que hoje vemos em nossa sociedade após mais de 400 anos de escravidão, tornando o Brasil uma sociedade extremamente miscigenada e ainda assim desigual mesmo por parâmetros raciais.

A força econômica do mercado escravo molda-se então como um dos pilares da elite criada, e a forma de controle social e dinâmicas exercidas baseiam-se não somente na subjugação física, mas simbólica e psicológica pelo racismo perpetuado, que encontra respaldo na própria religião católica através de leituras bíblicas deturpadas onde é justificada a subjugação do povo africano na figura da bula papal “Dum diversas” e grava no compasso moral da elite econômica a forma que a sociedade brasileira deve ser formada. Se o que faz uma sociedade é a força de suas instituições, a escravidão então é peça fundamental na compreensão da sociedade brasileira, uma vez que esta se tornaria uma das mais fortes instituições estabelecidas.

A cultura política que nasce então já desconsidera, desde seu princípio, a existência de pessoas em situação social desfavorecida, pois os mesmos são considerados sub-humanos, e sequer dignos de compaixão ou empatia, e esta barreira criada colocando os pobres e desfavorecidos como “os outros”, fazem que qualquer ação coletiva para algum progresso seja direcionada somente aqueles já dentro do estrato social das elites.

Vale notar também que, a corrupção hoje pautada como problema central na condição de subdesenvolvimento brasileiro, já era predominante na época da colonização e praticada comumente, porém seu conceito ainda não era totalmente formado, uma vez que a democracia e capitalismo como conhecemos não existia, tudo praticamente pertencia ao Império, portanto qualquer vantagem obtida de forma escusa, era considerada um privilégio justo, seja ele concedido pelo rei ou de qualquer outra forma hoje considerada injusta.

Desigualdade social

Observando os dados públicos disponíveis que relacionam renda/classe social com raça no Brasil onde a população 10% mais rica do país consiste 70% de pessoas brancas (IBGE, 2019), podemos notar claramente a herança deixada pela escravidão na estratificação social, onde a população negra foi empurrada para as periferias e dada péssimas condições de trabalho, enquanto os descendentes de europeus, que chegaram seja na época da colonização ou durante o maior fluxo de imigrantes no período de incentivos do império português, foram entregues terras ou promessas de trabalho digno e perpetuaram em sua maioria as condições que lhes foram dadas através das gerações, fato este que podemos notar quando observamos o perfil racial que constitui a classe média brasileira. A escravidão não foi devidamente refletida no processo histórico e o fato de não termos lidado com ela nos trás a situação atual, onde ela é mantida sob máscaras modernas e a pobreza é ignorada ou negligenciada, enquanto um ódio aos pobres é fomentado.

Neste sentido, qualquer tipo de ação política para redução das desigualdades não pode desconsiderar a visão das elites econômicas, uma vez que estas por terem forte influência nos processos políticos são fator determinante para que medidas sejam realmente adotadas ou não, ou seja, sem que haja um interesse (mesmo que financeiro ou de poder) ou mudança na cultura política das elites para que haja altruísmo, nenhuma ação ocorrerá no âmbito governamental. Reconhecer este fato não configura uma identificação ou perspectiva de submissão quanto às elites, mas uma análise necessária onde toda sociedade que possui qualquer tipo de hierarquia sofrerá com esta dinâmica (GIMENES; RIPARI; RIBEIRO, 2013).

A percepção das elites econômicas sobre a desigualdade, pelas raízes de sua fundação, constrói uma barreira simbólica entre estes e os pobres, onde a elite se vê como uma parte ativa da sociedade em todos os âmbitos e os desfavorecidos são passivos, o que os torna em um outro alguém não pertencente ao seu grupo geral (sociedade brasileira), mas diferente de si (SILVA; LÓPEZ, 2015). Nisto, a desigualdade brasileira é vista de forma fatalista, como se fosse quase impossível a ascensão social, perspectiva que não é notada em outras sociedades:

De acordo com dados da WVS (World Values Survey), a maioria dos Brasileiros (aproximadamente 70%) acreditam que "os pobres têm poucas chances de escapar da pobreza", uma crença que é menos comum entre Norte Americanos (30%) e em países Andinos (aproximadamente 55%). Quando as visões estruturais e fatalistas convergem, a pobreza é percebida como um problema difícil, senão impossível, de se solucionar. (SILVA; LÓPEZ, 2015, n.p. Trad. do autor)

Ao se isentar desta problemática, as elites econômicas atribuem a solução do problema ao Estado e culpam a ineficiência deste no cumprimento de suas funções, atestando uma falta de vontade política. Em partes pode-se realmente atribuir uma crítica às práticas do Estado Brasileiro, uma vez que este, desde o início do capitalismo moderno, já se voltava para si e desconsiderava até mesmo uma classe média proletária e tratava a desigualdade como um não-problema, dada a passividade da população. Este próprio favorecimento para si do funcionalismo público é uma das raízes da motivação das elites econômicas brasileiras não se verem como parte da solução do problema da desigualdade social (RANINCHESKI, 2006).

Os efeitos negativos da desigualdade social são os mais diversos e muitos acabam impactando a própria elite econômica, sem que a mesma perceba, como o próprio problema central repetidamente apontado pela elite da questão da segurança. De Swaan denota como esta percepção é fundamental para que se haja políticas efetivas de diminuição nas desigualdades sociais, e que este ponto já é percebido e parte das dinâmicas de Estados das sociedades de países desenvolvidos:

[...] a percepção das externalidades negativas da pobreza era comumente a chave para implementação de políticas redistributivas – contanto que a elite fosse capaz de relacionar o bem-estar dos pobres com seus próprios problemas de segurança. Este mecanismo, de acordo com De Swaan, está por trás da construção de Estados de bem-estar social na Europa e nos Estados Unidos. Logo, o argumento de De Swaan enfatiza consequências políticas importantes e de longa duração da reação das elites quanto à pobreza. (SILVA; LÓPEZ, 2015. Trad. do autor)

Baseado nisso, podemos notar que os esforços políticos no sentido de redução das desigualdades no Brasil são escassos, uma vez que a elite não relaciona propriamente os problemas de segurança e bem-estar social geral com a desigualdade. As movimentações que vimos neste sentido nos últimos anos geraram efetivamente resultados mensuráveis, porém a noção de que havia por trás destas políticas apenas um assistencialismo barato e uma forma de manipulação da população desfavorecida fez com que eventualmente estas ações fossem rechaçadas pelas elites e classe média (influenciada politicamente diretamente pelas elites).

Cultura política da elite econômica brasileira

A herança da escravidão na cultura política da elite econômica brasileira é clara e persistente. Mesmo aqueles que descendem de negros escravizados e ascenderam socialmente, muitas vezes repercutem as práticas inseridas neste sistema sem racionalizá-las. Sintomas como a forte cultura de empregos de serviços, principalmente domésticos, são notados como advindos da herança da escravidão. Mesmo que pessoas com um passado de origem na pobreza tenham compaixão e empatia para com aqueles em situação econômica desfavorável, e ofereçam condições mais

dignas de trabalho, a dinâmica de haver um distanciamento e subjugação do outro ainda persiste em diversos âmbitos. Este distanciamento faz com que seja mais difícil compreendermo-nos como uma sociedade unida, e se torna mais cômodo para aqueles em situação confortável ignorar as desigualdades do que atuar em prol de melhorias.

Outra característica predominante na cultura política da elite econômica brasileira que pode ser atribuída a este passado colonial e a escravidão é o hábito de idolatria de tudo aquilo advindo de países desenvolvidos, de forma quase intuitiva, há uma percepção de que tudo originado em países como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França, etc. é bom e que as sociedades Europeias e Norte-Americanas funcionam quase perfeitamente. A lógica extrativista do colonialismo português fincou nas raízes da cultura política brasileira das elites que um país do “novo mundo” serviria apenas para obter-se benefícios individuais e próprios, de forma exploratória, sem necessidade ou capacidade para que se desenvolva uma sociedade civil de valor. Isto abre espaço para discursos que minam a auto-estima da sociedade brasileira e fomentam a privatização e venda de riquezas nacionais a estrangeiros.

Com esta percepção arraigada na cultura política das elites, os intelectuais brasileiros passam a produzir um conhecimento sobre a sociedade brasileira que reflete esses valores a fim de que esta dinâmica se mantenha, e a elite começa a propagar bens simbólicos como ideias, opiniões e lógicas sociais através da mídia (jornais, livrarias, etc). Dois conceitos fundamentais para compreensão do uso destes bens simbólicos e da mídia para que seja moldada a visão política da classe média (defensora das elites) são o patrimonialismo e o populismo. O patrimonialismo, conceito Weberiano onde a propriedade pública e privada são indistintas, desvincula a base do poder social que está no mercado e coloca no Estado, e traz a ideia de que herdamos tudo, principalmente a corrupção, de Portugal. Este conceito, utilizado para manobrar a classe média, seria invalidado para justificação dos problemas de desigualdade social, uma vez que além de não se encaixar completamente nas dinâmicas totais que observamos, tivemos momentos em nossa história onde se constatou que o suposto patrimonialismo não é parte intrínseca de nosso tecido social:

Entre 1930 e 1980, o Brasil foi um dos países de maior crescimento econômico no mundo, logrando construir um parque industrial significativo sem paralelo na América Latina. Como se pode exibir tamanho dinamismo econômico em um contexto como o do patrimonialismo, que pressuporia indiferenciação da esfera econômica e, portanto, a ausência de pressupostos indispensáveis, e ausência de estímulos duradouros de toda espécie à atividade econômica?
(SOUZA, 2019, p. 216)

O populismo por sua vez é utilizado como bem simbólico da elite ao caracterizar os pobres como incapazes de boas decisões políticas e portanto um governante que faça esforços repetidos no sentido de melhoria do bem-estar social e combata as desigualdades está apenas se

aproveitando da falta de coordenação e traquejo dos desfavorecidos para manter-se no poder e por interesses próprios escusos. Esta conceituação promove a manutenção do status quo e garante que quaisquer tentativas de redução nas desigualdades sociais, principalmente onde haja uma retirada de privilégios das elites, possa ser rechaçada com o apoio da classe média (SOUZA, 2017).

Nestes esforços de manutenção do status quo e da passividade das classes desfavorecidas, vemos que o neoliberalismo mundial exerce também sua força na formação do pensamento político das elites brasileiras. Com suas diferenças ao neoliberalismo pregado e praticado nos países desenvolvidos, uma característica central aqui é propagada e reforçada para que haja uma manutenção do estrato social: a tão idealizada meritocracia. A ideia de que se é possível a mobilidade social partindo pura e simplesmente do trabalho árduo e do esforço se vende com efetividade, mesmo que factualmente e ao analisarmos dados disponíveis, a realidade não seja essa: "Conforme relatório do Fórum Econômico Mundial de 2020, num ranking de mobilidade social, entre 82 países, o Brasil está na 60ª posição" (REZENDE, s.d., s.p.). O uso de alguns casos de sucesso dissemina este conceito e faz com que a passividade em relação às desigualdades por parte das pessoas desfavorecidas se mantenha, uma vez que esta dinâmica é reforçada pelo individualismo (também retro-alimentado por conceitos neoliberais) e a falta de conceituação coletiva de nossa sociedade.

Nestes embates e individualismos, as próprias elites econômicas se descompassam, e os desencontros entre a elite política e a elite empresarial, pautadas nos conceitos de populismo e patrimonialismo exercidos, contribuem para a noção de que não se há e não pode-se criar um coletivismo em prol da sociedade como um todo. A elite empresarial se esconde no mundo privado, sofrendo dos mesmos problemas da elite política, porém dadas as dinâmicas vigentes, é capaz de atribuir qualquer culpa ou problema a elite política, seja pela falta de eficiência ou vontade do funcionalismo público, ou até mesmo pela corrupção, a qual a elite empresarial assume um ar de pureza, que de fato não existe, como aponta Jessé: "A questão central trazida por Jessé Souza é revelar que a corrupção pode ser manipulada para escamotear as causas reais da concentração da riqueza social e exclusão da maioria." (CARVALHO, 2017, s.p.).

Dados todos estes empecilhos no combate às desigualdades sociais, vemos que há por fim uma acomodação não somente das elites econômicas mas também da classe média, e uma passividade artificial dos desfavorecidos, já que o problema envolve diversas camadas de complexidade e necessidade de atuação. Esta acomodação é de fato a opção fácil para as elites e classe média, porém é necessária a manutenção deste status quo para que a passividade dos desfavorecidos se mantenha, logo os interessados nesta manutenção utilizam-se do desvio de atenção das questões

centrais dos problemas, como por exemplo atestar à segurança um problema a ser resolvido através da violência.

Podemos concluir que há por fim uma ativa fomentação das desigualdades sociais por uma parte da elite econômica que herda sua cultura política da escravidão e do colonialismo, porém em grande parte este sistema é apenas retro-alimentado de forma acrítica, sem que haja uma propagação de ideias com fins de destacar a urgente necessidade de coletivismo e da concessão de alguns privilégios das elites para que possamos alcançar um estado de bem-estar social e não termos tantas desigualdades geradoras de inúmeros problemas. Os desfavorecidos estão fora do jogo, e isso é prejudicial para todos. Na Alemanha, durante a reunificação pós-guerra houveram esforços para integração dos 17 milhões defasados, porém no Brasil temos 70 milhões esquecidos, o que escancara como uma cultura política sem coletivismo afeta o desenvolvimento nacional (SOUZA, 2018).

Possibilidades de alteração do atual panorama

Um problema complexo como as desigualdades sociais no Brasil exige diversas frentes de combate para ser solucionado, porém como já explicitado, a cooptação das elites econômicas é fundamental para que isto ocorra, e uma mudança na cultura política seria um passo para o desencadeamento de ações efetivas neste sentido. O trabalho intelectual nesta direção e os esforços para uma nova compreensão da elite de si mesma, fariam notar que o coletivismo, apesar de por fim retirar alguns privilégios estabelecidos, não removeria de todo o conforto experienciado pela classe média e elites, e de fato alargaria o mesmo ao remover diversas questões centrais tidas como problemas em nossa sociedade, tal qual a violência, segurança e desenvolvimento socioeconômico geral.

Ações tomadas pelo incentivo financeiro no combate às desigualdades também apresentam resultados ao tomarmos como exemplo o Prouni e FIES, que não necessariamente retiram privilégios de imediato das elites, porém dão a possibilidade de mobilidade social aos desfavorecidos e também fomentam a economia e incentiva financeiramente a mobilização das elites com fim ao combate das desigualdades sociais. Nestas ações, mesmo que incentivadas financeiramente, vale-se notar que qualquer tipo de discriminação, mesmo que positiva, pode ser prontamente rechaçada independente de sua efetividade:

É interessante observar também que há um consenso quase absoluto entre as elites acerca da inconveniência de políticas de discriminação positiva em favor de determinadas minorias. Assim, por exemplo, apesar de concordarem em que existe preconceito racial no Brasil, observa-se sua rejeição, também unânime, à introdução de sistemas de cotas. (REIS, 2000)

Esta peculiaridade pode ser atribuída à grande miscigenação que experienciamos, e também a idealização da meritocracia, o que faz com que as pessoas desfavorecidas sejam vistas como possuidoras das mesmas oportunidades e condições, porém apenas em contextos específicos, e não vistas como iguais num contexto social geral pelas elites econômicas.

Por fim, sem influências diretas de figuras já inseridas nos círculos das elites econômicas brasileiras e sem um esforço de trabalhos intelectuais direcionados à alteração da cultura política destas, dificilmente teremos uma alteração no panorama geral das desigualdades sociais brasileiras. O quanto antes consigamos fazer notar e discutir racionalmente a raiz de nossas desigualdades e construirmos, através até mesmo de ferramentas modernas como redes sociais (que possuem um impacto relevante principalmente na classe média), um maior sentimento de coletividade e os problemas solucionados a partir desta perspectiva, mais breve rumaremos a um desenvolvimento socioeconômico geral, onde os problemas imediatos e percebidos como urgentes tais quais a violência, segurança e corrupção serão superados.

Referências bibliográficas

- Carvalho, André Luiz. A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite Jessé de Souza. *Revista Direito e Práxis* 2015, 256p. [Acessado 10 Maio 2022] Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/29832>>
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. s.l., 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados>. Acesso em 13 de maio de 2022.
- Mayrá S. Lima. A atuação do ruralismo como elite política no Brasil: mobilização de viés mediante desigualdades sociais e de representação política. *Revista Agenda Política* Vol.4 n.3 2016 p. 90-119
- P. REIS, Elisa. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Scielo Brasil*, [s. l.], 26 maio de 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcso/a/nZdT88swJfMfx9t9ZQKQGCL/?lang=pt>. Acesso em: 8 abr. 2022.
- PORFÍRIO, Fernando Matozinhos; BLUM, Luiz Felipe Magnago; SILVA, Ruth Stein. OS LUCROS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL E SEU IMPACTO ECONÔMICO: Uma abordagem histórica dos séculos XVI ao XIX. *Mediações: Revista Pet Economia Ufes*, [s. l.] Agosto, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/peteconomia/article/download/36453/23880>. Acesso em: 2 jun. 2022.
- Ranincheski, Sonia. A questão social, o trabalho e o Estado: visões das elites parlamentares brasileiras. *Sociedade e Estado* [online]. 2006, v. 21, n. 1 [Acessado 10 Maio 2022], pp. 199-231. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000100010>>
- REZENDE, Milka de Oliveira. Mobilidade social; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/mobilidade-social.htm>. Acesso em 13 de maio de 2022.
- RODRIGO GIMENES, Éder; RIPARI, Angélica; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Desigualdade, Pobreza e Ações do Estado: A Visão de Elites Políticas Não-Estatais. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, [s. l.], 8 abr. 2022. Disponível em: <https://doaj.org/article/4c60064dc0e947cdaeab8dba2cecd9>. Acesso em: 8 abr. 2022.

- Silva, Graziella Moraes; López, Matias. "BRAZILIAN PEOPLE" IN THE EYES OF ELITES: REPERTOIRES AND SYMBOLIC BOUNDARIES OF INEQUALITY. *Sociologia & Antropologia* [online]. 2015, v. 05, n. 1 [Accessed 10 May 2022] , pp. 157-182. Available from: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752015v517>>
- Souza, Jessé . *A elite do atraso: Da escravidão a Bolsonaro (EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA)*. [S.l.]: Estação Brasil 2019. p. 216
- SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso - Sala de Professores*. Youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9xgGhynmTms&ab_channel=TVFepesp>. Acesso em: 10 de Maio de 2022.
- SOUZA, Jessé. *Aula Pública com Jessé de Souza: a elite faz a classe média de tola? (Part. 1)*. Youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NYhgNjQAC3Q&ab_channel=OperaMundi>. Acesso em: 10 de Maio de 2022.
- SOUZA, Jessé. *Jessé Souza explica divisão de classes no Brasil I Identidade Geral*. Youtube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tLrurDn7riw&ab_channel=RevistaNovoTempo>. Acesso em: 10 de Maio de 2022.
- SOUZA, Jessé. *O racismo de nossos intelectuais: o brasileiro como vira-lata*. In: SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso: da Escravidão a Bolsonaro*. 2. ed. rev. [S. l.]: Estação Brasil, 2019. E-book.